



**4º Encontro Internacional de Política Social**  
**11º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:**  
**desafios à Política Social**  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

---

**Eixo: Mundo do trabalho.**

**POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO ESTADO DO PARÁ: IMPASSES E DESAFIOS**

**Vera Lúcia Batista Gomes<sup>1</sup>**  
**Fernanda Sena Rodrigues<sup>2</sup>**  
**Ana Gabriela Pinheiro Silva<sup>3</sup>**

Esta comunicação é baseada em resultados ao projeto de pesquisa **Política de Trabalho, Emprego e Renda no contexto neodesenvolvimentista: a experiência do Estado do Pará**, que teve como objetivo analisar os seus impasses e desafios enquanto uma política voltada para a inserção ou não dos seus usuários ao trabalho, em particular o Programa Bolsa Trabalho (PBT) que se constitui o principal Programa dessa política. Este Programa foi executado no período de ano de 2007 a 2010, objetivando contribuir para a inserção de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, pertencentes a famílias de baixa renda, preferencialmente, atendidas pelo Programa Bolsa Família, que não exercessem atividades remuneradas ou que estivessem desempregados. Assim, foi realizada uma pesquisa de campo, no ano de 2015, nos municípios de Belém, Santarém e Marabá, cujos sujeitos foram: 25 gestores e 24 usuários da mencionada política. Os principais resultados da pesquisa apontam que dentre os impasses e desafios encontrados na operacionalização da mencionada política, podem ser destacados: - impasses: esta política constituiu parte da plataforma de campanha do governo à época, mas tornou-se uma política pública que contou com recursos provenientes do próprio estado, o que significou uma conquista para a sociedade paraense. Mas, a referida política passou a se defrontar com vários impasses que dificultaram o alcance de seus objetivos, quais sejam: - a formulação da mencionada política por não contar com a participação da população interessada na mesma, limitou-se à formulação de gabinete do governo. Por tratar-se de uma “promessa” de campanha o PBT foi estabelecida uma

---

<sup>1</sup> Professora da Graduação em Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPA.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Graduação em Serviço Social, UFPA. Bolsista Iniciação Científica CNPq.

<sup>3</sup> Discente do Curso de Graduação em Serviço Social, UFPA. Bolsista Iniciação Científica CNPq.

meta de 120.000 usuários, os quais em sua maioria não eram de interesses dos bolsistas, sobretudo, os de economia solidária, pois pelo fato da maioria ser mulher, em geral, mães solteiras provedoras do lar, se fazia necessário um trabalho que lhes possibilitassem uma renda imediata. Com efeito, houve um número significativo de evasão dos cursos de qualificação, além de que os trabalhos nos quais os mesmos foram inseridos parecem reeditar formas de trabalhos precários com pífios impactos na renda familiar e sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Estas constatações permitem assimilar que a política aqui mencionada seguiu os parâmetros neodesenvolvimentista de orientação neoliberal, gerando um forte apelo ideológico, pois as formas de intervenção do Estado, voltadas para recompor a sua função de “alívio” social são empregos precários e temporários, políticas de recuperação do salário mínimo e redistribuição de renda (Bolsas Família). Assim, o neoliberalismo compõe a processualidade de uma mesma dinâmica de expansão e acumulação de riquezas baseada na superexploração do trabalho. Em face dessas situações colocam-se certos desafios tais como: - fortalecimento da organização da sociedade civil para assegurar a viabilização de políticas de Estado e não de governo como moeda “eleitoreira”; - além da necessidade de articulação entre as diversas políticas públicas, sobretudo, as de educação e saúde na perspectiva de garantia dos direitos de cidadania, etc..

## Referencias

CASTELO, Rodrigo. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 21-35, 2008. Disponível em: <<http://www.uepgh.br/emancipacao>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino americano. In:\_\_\_\_\_. (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

PEREIRA, Potyara A.P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, E. R (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.